



# o trabalhador da CML



## O voto é uma arma!

**Em defesa dos serviços públicos municipais  
e dos postos de trabalho!**



## O voto é uma arma

**E**ntramos no mês de setembro com a possibilidade de dar uma volta ao estado de coisas que lamentavelmente têm caracterizado o nosso país e a nossa cidade em particular. Referimo-nos concretamente ao ato eleitoral que irá decorrer no próximo dia 29 de setembro.

As eleições autárquicas serão, sem margem para qualquer dúvida, um momento importantíssimo na luta contra a política de direita que, há mais de três décadas, é assumida pelo PS, PSD e CDS-PP e que tanto tem desorganizado a vida de todos, promovendo o empobrecimento generalizado, o desemprego inconcebível e a precariedade institucionalizada. Em suma, promovendo como uma inevitabilidade enraizada, o cenário da austeridade sistemática. Contudo, a crise, como muitas vezes desabafamos, não é para todos. Os grandes grupos económicos e financeiros privados continuam a angariar lucros atrás de lucros, sempre à conta, obviamente, dos nossos sacrifícios.

Torna-se assim fundamental, que todos exerçam o seu **Direito ao voto**, já que a abstenção ou o voto nulo não produzem efeitos práticos e visíveis. Levar a luta ao voto é saber utilizar consciente e inteligentemente, uma 'arma' à nossa disposição na defesa dos nossos interesses. Só assim construiremos melhores condições para travar a brutal ofensiva a que estamos sujeitos enquanto trabalhadores da administração pública.

Não basta criticar o governo de Passos & Portas! É indispensável derrotar a política que defendem e implementam. Uma política que marca presença assídua no município de Lisboa pela mão de um partido supostamente diferente, o PS, mas que no essencial em nada diverge de PSD e CDS-PP. É pertinente lembrar que todas as más e grandes decisões efetuadas na cidade de Lisboa, no plano interno e externo da Câmara Municipal, afetando direta ou indiretamente os trabalhadores do município, tiveram a aliança do PS e do PSD. Sintomático da realidade que criticamos e que simultaneamente combatemos.

Resultado destas opções políticas, é a degradação das condições de trabalho de milhares de trabalhadores que corporizam de facto o município de Lisboa. Mesmo com as obras de manutenção e remodelação que se multiplicaram neste últimos três meses em vários locais de trabalho, fruto seguramente da aproximação ao momento eleitoral, continuam por resolver inúmeros e complexos problemas que diariamente colocam em risco a saúde e a integridade física dos respetivos trabalhadores.

Mas não só por aqui se descobrem as consequências das opções conscientes de um executivo que vê nos trabalhadores do município apenas uma equação de custo/benefício! Os homens e mulheres trabalhadores são apenas números para António Costa que, orgulhosamente e através de um discurso propagandista, refere ter diminuído em cerca de 2000.

Além do drama profissional, pessoal e familiar que afeta a imensa maioria dos que foram descartados, não esquecemos as consequências nefastas no funcionamento dos serviços municipais que hoje enfrentam sérios problemas de falta de pessoal, não conseguindo responder de forma eficiente e eficaz às necessidades das populações de Lisboa. Cria-se assim a fácil argumentação que sustenta a qualidade do 'privado' em comparação com o 'público'...

Depois das eleições de 29 de setembro, o STML e os trabalhadores enfrentarão o difícil processo da transferência de competências para as juntas de freguesia. Travar e minimizar este processo de autêntica delapidação e destruição do serviço público municipal nas suas várias dimensões e áreas de intervenção, será o grande desafio que teremos pela frente. Também aqui se nota uma velha e gasta convergência entre o PS e PSD. Ambos criaram e desenvolveram este "projeto". Ambos atacam os serviços públicos e os seus trabalhadores, negando simultaneamente os direitos das populações a serviços de qualidade e acessíveis.

Aprofundar o processo de luta até à derrota da política que nos empurra para um passado sem perspectivas de futuro, é uma exigência inadiável! No dia 29 de setembro, o voto é uma arma essencial! ■



**Governo cai esta semana.  
Passos Coelho explica  
chumbo a Angela Merkel**  
Jornal



o **trabalhador**  
da **CML**  
<http://www.stml.pt>

**Diretor:** Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luís Dias, Nuno Almeida, Mário Rui Souto, José Malhadas, Henrique Bastos ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dtº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

# CML notificada pela ACT face aos problemas no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano!

**A**o longo do primeiro semestre deste ano foram desenvolvidas pelo STML várias ações, com os trabalhadores do Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, em torno dos problemas de saúde e segurança no trabalho. Dos vários plenários realizados saiu a decisão de produzir um abaixo-assinado, enviado posteriormente para os responsáveis políticos e hierárquicos com competências face aos vários problemas expostos. Foi ainda formalizada pelo Sindicato, uma queixa junto da ACT – Autoridade para as Condições de Trabalho.

A visita da ACT a este local de trabalho sucedeu a 17 de julho último e resultou numa notificação à CML. No prazo de quinze dias a autarquia foi obrigada a recolher documentação sobre muitos dos problemas denunciados pelos trabalhadores e pelo seu sindicato. Entre as várias solicitações, de caráter imperativo, destacamos os seguintes pontos na notificação da ACT à CML:

- Entrega dos relatórios sobre a verificação periódica no âmbito da manutenção de elevadores e ares condicionados;
- Cópia do contrato de adjudicação da obra relativa ao edifício;
- Relatórios sobre a avaliação de riscos no que diz respeito ao ambiente térmico, à ventilação e à qualidade do ar;
- Planta de emergência do Edifício e identificação das medidas de primeiros socorros, combate a incêndios, evacuação de instalações e respetivas medidas.

A CML e mais concretamente os responsáveis pelo Edifício Municipal, foram obrigados a entregar a documentação exigida até dia 2 de agosto. Temos conhecimento que os técnicos afetos ao Departamento de Saúde, Higiene e Segurança marcaram presença nos vários pisos procurando, com os instrumentos adequados, averiguar a qualidade do ambiente e as temperaturas que se fazem sentir nas várias salas existentes no edifício. Distribuíram inclusive um questionário aos trabalhadores das várias orgânicas instaladas neste local de trabalho, sobre os eventuais problemas implícitos à qualidade do ar.

Contudo, apesar destes desenvolvimentos, ainda não se verificou a resolução de nenhum dos problemas mais prementes que afetam os homens e mulheres que trabalham no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, designadamente:



1. Os dois elevadores existentes, de uso regular e imprescindível, foram sujeitos a pequenas reparações de natureza pontual. Mais uma vez, a sua avaria será apenas uma questão de tempo.
2. Os equipamentos de ar condicionado continuam por substituir. Os poucos que funcionam começam a dar os últimos sinais de vida. Entretanto, muitos trabalhadores são obrigados a suportar durante todo o seu horário de trabalho, temperaturas acima dos 35 graus, mesmo na presença das inestimáveis ventoinhas que não resolvem de todo o calor insuportável que se faz sentir.
3. No interior de algumas salas, sem esquecer as casas-de-banho, agudizam-se os problemas implícitos à deterioração de paredes e tetos.

São apenas alguns dos constrangimentos a que estão sujeitos! Outros existem, de menor gravidade é certo, mas que devem merecer igual atenção de quem, em última análise, tem o poder de resolução política na maior autarquia do país.

Não podemos aceitar em pleno século XXI a degradação das condições de vida e de trabalho ao ponto de colocarem em risco a saúde e a integridade física dos trabalhadores.

O STML continuará a exigir a resolução urgente de todos os problemas, por demais conhecidos, que se verificam no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano! ■



# Ao fim de 5 anos (!) fez-se finalmente justiça com os trabalhadores excluídos da Opção Gestionária de 2009!

**A** CML procedeu, no mês de julho, ao reposicionamento remuneratório e pagamento dos devidos retroativos aos cerca de 200 trabalhadores que tinham sido excluídos da Opção Gestionária - *deliberação nº 1248/CML/2009 de 23 de Dezembro* -, por terem sido alvo de processos disciplinares.

Recordamos que, na origem desta **opção gestionária**, esteve a reavindicação do STML onde se exigia que fossem abrangidos os trabalhadores que em 2004 e 2005, tinham obtido a avaliação de 'Bom', somando assim, 5 avaliações positivas, condição imperativa no plano legal para beneficiarem da referida *opção gestionária*.

O executivo camarário incluiu neste instrumento, que veio a beneficiar cerca de 1200 trabalhadores em 2009, uma norma que excluía todos os trabalhadores que tivessem tido processos disciplinares. Esta decisão foi fortemente repudiada pelo STML. De imediato, exigimos a retirada da norma discriminatória e, como há poucos meses atrás confirmámos, claramente ilegal.

Os responsáveis políticos da autarquia, em resposta à nossa indignação e protesto, perfeitamente legítimos, chantagearam com a retirada da *opção gestionária*, alimentando a possibilidade em prejudicar centenas de trabalhadores que dela poderiam beneficiar.

Perante estes desenvolvimentos, e tendo a noção desde o início da injustiça que esta medida comportava para os trabalhadores que haviam tido problemas disciplinares, a Direção do STML decidiu interpor uma ação em tribunal contra a CML.

Era mais do que evidente para o Sindicato que ninguém pode ser penalizado duplamente, isto é, primeiro com a pena, correspondente ao processo disciplinar e, num segundo momento, sendo excluído da Opção Gestionária, não obtendo a correspondente progressão remuneratória.

Em **fevereiro deste ano** foi emitida a sentença da ação judicial inter-



posta pelo STML, consubstanciada na anulabilidade do requisito inscrito na deliberação da CML. Deste modo, foi dada razão aos nostros fundamentos, constituindo uma importante vitória para todos os trabalhadores, vítimas da insensibilidade e intransigência de quem gere os recursos humanos da autarquia.

Não podemos ainda deixar de criticar o atraso por parte da CML na execução da sentença proferida. Passados cinco meses (!) foi finalmente reposta a legalidade e pago a estes trabalhadores tudo o que lhes era devido.

Mais uma vez se comprova que **vale na pena lutar** contra as injustiças e contra todos aqueles que insistem e persistem nas opções políticas que atacam os trabalhadores, retirando-lhe direitos, diminuindo as suas remunerações e agravando as suas condições de trabalho e de vida. ■

## A CML pretende externalizar os serviços municipais da informática?

### Quem irá gerir os servidores do município?

**M**ais uma vez encontramos indícios de que o executivo camarário pretende alojar os servidores, actualmente existentes em *data centers* da CML, em entidades externas à autarquia. Os servidores a que fazemos referência contém toda a informação essencial do Município, sigilosa e não só, desde as finanças aos recursos humanos.

A concretizar-se as intenções do atual executivo, estamos perante um verdadeiro retrocesso, já que o conceito agora defendido, foi há muito abandonado pelas principais empresas que outrora optaram por esta via. É evidente a privação à entidade que externaliza os seus servidores, da autonomia necessária, agilidade e rapidez de acesso à própria informação, sempre que assim o deseje.

Os custos que uma solução deste género comportará, e certamente com tendência para aumentarem ao longo do tempo, serão muito superiores aos que implica neste momento.

É o DMSI/DASI a assegurar este importante serviço. Estes servidores estão localizados em instalações que não têm qualquer custo para a CML, possuem espaço próprio para albergar os diversos servidores, rede eléctrica e de ar condicionado dedicados, investimento camarário que não terá outra aplicação.

O alojamento dos servidores em *data centers* externos será apenas o primeiro passo para a externalização da gestão e administração de servidores e aplicações. As tentativas para a entrega, total ou parcial, a entidades externas, dos serviços informáticos nas suas diversas vertentes são recorrentes.

O que está em causa, como se pode calcular, é um "negócio"

volumoso que interessa a várias empresas deste ramo. Actualmente, a manutenção e administração dos sistemas instalados nestes servidores, é da responsabilidade de equipas competentes compostas por especialistas e técnicos de informática da CML, que sempre asseguraram com sucesso o seu bom funcionamento, tendo um saber acumulado que não pode ser desvalorizado.

O recurso ao *outsourcing*, no desenvolvimento e manutenção de programas, bases de dados e aplicações, é uma realidade que atinge níveis incompreensíveis, estando o DMSI, no edifício municipal do Campo Grande, povoado diariamente por dezenas de trabalhadores das várias empresas de informática que prestam "assistência" à CML.

A autarquia tem trabalhadores, em número e com capacidade suficiente, para assumir muitas das tarefas desempenhadas por estas empresas, além da ser incompreensível e completamente desnecessário a dependência em relação às mesmas.

Depois da entrega à PT da manutenção, gestão e administração do correio electrónico, sem nenhum ganho verificado, perguntamos ao executivo camarário se é sua intenção, a externalização total dos sistemas de informação do município, colocando em causa a autonomia e privacidade e desperdiçando o conhecimento técnico de uma vasta equipa.

Ao ter conhecimento destas intenções, o STML, reclamou uma reunião com carácter de urgência ao presidente do executivo, que delegou na vereadora responsável pelo pelouro, Graça Fonseca. Até hoje, a resposta tem sido o silêncio. Será que neste silêncio se encontra a alma do negócio? ■

# Armazéns do Departamento de Desporto no Bairro da Boavista não reúnem as condições de SHS no Trabalho exigidas por lei!

**H**á mais de 2 anos os trabalhadores afetos aos armazéns do Departamento de Desporto, situados na Av<sup>a</sup>. da Índia, foram compulsivamente retirados das suas instalações e lançados num sítio inóspito, sem condições mínimas e com um risco potencial para a sua saúde e integridade física. A ‘recolocação’ na cave de uma piscina municipal, apontada na altura como transitória, ganhou, aparentemente, contornos definitivos.

A CML tem todo o direito e legitimidade de vender ou ceder património imobiliário da qual é proprietária, contudo, em relação às instalações da Av<sup>a</sup>. da Índia, o que se verificou foi o total desprezo pelo investimento ali realizado ao longo de vários anos e na ordem dos milhares de euros, que conseguiu transformar um edifício praticamente inabitável e sem qualquer capacidade operacional, num local de trabalho digno que passou a servir eficaz e eficientemente, não só os seus trabalhadores, como o serviço ao qual pertencia, isto é, o Departamento de Desporto.

Mais uma vez, observávamos que a apetência do executivo socialista pelos negócios na autarquia, vantajosos para alguém seguramente, sobrepõem-se na maior parte das vezes aos interesses dos serviços municipais, dos trabalhadores que lhe dão corpo e, por implicação direta, aos interesses dos munícipes e da cidade de Lisboa.

Os trabalhadores que estavam nos armazéns da Av<sup>a</sup>. da Índia foram desterrados para a cave que serve a piscina do Complexo Desportivo Municipal do Bairro da Boavista. Um espaço que não está nem foi preparado para albergar seres humanos de forma continuada e permanente, mas que foi apontado como o único espaço disponível e capaz (!?) de receber trabalhadores e todo o material desportivo implícito a este serviço.

Alertado para a situação ignóbil em que se encontravam estes trabalhadores, o Sindicato realizou várias visitas ao local e denunciou este grave problema aos responsáveis pelo Departamento de Saúde, Higiene e Segurança [DSHS] da autarquia. Os seus técnicos deslocaram-se às instalações a 17 de maio último, de onde resul-



tou um relatório [datado de 10 de julho]. Neste documento, ao qual o STML teve acesso, o DSHS apresenta uma única solução: **A retirada imediata dos respetivos trabalhadores destas instalações e a sua recolocação num local que respeite as condições de segurança e saúde no trabalho.**

Até agora, e apesar das recomendações, quer do STML, do DSHS e das próprias chefias do Departamento de Desporto, nenhuma decisão foi assumida pelos responsáveis políticos da CML.

Os trabalhadores afetos a estes armazéns continuam limitados a uma área de 45 m<sup>2</sup> onde convergem os serviços administrativos, a oficina e a zona de refeição. Não existe extração e ventilação adequada e observa-se um risco permanente de incêndio e/ou explosão face aos trabalhos que são necessários realizar. Sujeitam-se ainda, a gases e vapores altamente prejudiciais à sua saúde. Entre muitos outros problemas, descobre-se a existência das tubagens de esgoto ao longo do teto do espaço improvisado que serve de cozinha e, em caso de emergência, não existe uma saída adequada deste local. São de facto condições extremamente insalubres e, como tal, inteiramente inaceitáveis!

As más decisões políticas que se sucedem impreterivelmente no seio desta autarquia [para não variar] encontram sempre nos trabalhadores as suas principais vítimas. Estará à espera o atual executivo que se verifique um acidente mortal para retirar estes trabalhadores de uma cave que nunca foi, nem nunca poderia ter sido considerada como adequada para albergar qualquer serviço de natureza permanente? ■



# A bolsa de mobilidade interna para o Canil-Gatil

**D**e algum tempo a esta parte que o Canil-Gatil municipal, agora denominado como *Casa dos Animais*, se vê confrontado com a necessidade de recursos humanos, aliás, tal como todos os sectores operacionais da autarquia. Tal facto tem sido recorrentemente denunciado por este sindicato! Temos exigido várias vezes junto do executivo que fosse resolvido este problema com a abertura de procedimento concursal de ingresso por tempo indeterminado, de modo a preencher o mapa de pessoal e fazer face às necessidades permanentes que este serviço requer.

O Sr. presidente António Costa, nunca atendeu a esta reivindicação e continua a assobiar para o lado como se nada se passasse. Assume levemente a assunção de medidas temporária, face às necessidades de serviço, mas que nunca oferecem a estabilidade exigida ao desenvolvimento adequado deste serviço público. Um serviço que requer uma sensibilidade própria de quem aí trabalha, considerando a necessidade de lidar com os animais acolhidos.

➤ Em 2008, a Câmara Municipal admitiu tratadores-apanhadores a termo certo que despediu em 2011 (?).

➤ Posteriormente, tentou no seio da limpeza urbana, captar cantoneiros de lim-

peza para transferi-los para o Canil-Gatil.

➤ Gorada esta tentativa, disfarçou a falta de pessoal com trabalhadores/desempregados provenientes do Instituto de Emprego e Formação Profissional, ao abrigo do protocolo dos contratos de inserção e emprego. Trabalhadores que saíram em junho último, face ao término do referido protocolo.

➤ Recentemente, a CML lançou um a '*bolsa de mobilidade interna*' dirigida a 11 assistentes operacionais, 4 assistentes administrativos e 2 médicos veterinários provenientes de outros sectores da Câ-

mara Municipal. Um processo que corre o risco de não ter a adesão pretendida e necessária, e que a ser preenchida diminuirá a capacidade dos serviços de onde esses trabalhadores são provenientes e nos quais certamente farão muita falta.

Impõe-se portanto que a CML tome rapidamente a decisão de abrir concurso de ingresso por tempo indeterminado para estas categorias de forma a resolver de uma forma sustentada e duradoura este problema, que tem reflexos diretos na prestação deste serviço e na qualidade do tratamento dos animais. ■



## O que se passa com as obras, que nunca mais terminam, nos balneários e copa das Garagens dos Olivais 3?

**H**á muito tempo que o STML e os trabalhadores reclamam por obras de melhoramentos e manutenção nos balneários e copa existentes nas garagens de Olivais 3. A resposta a esta reivindicação foi anunciado ao sindicato pelo Sr. vice-presidente Manuel Salgado, em junho de 2012, mas até à data pouco ou nada foi feito para que as condições dos trabalhadores que ali trabalham fossem melhoradas.

O STML tem intervindo junto da autarquia para que este compromisso seja efetivado em pleno. Entre outras ações já desenvolvidas pelo sindicato, destacamos a reunião, no local, com responsáveis da limpeza urbana e os responsáveis pela conceção e execução da obra, onde



foi possível apontar varias anomalias e necessidades detetadas pelos trabalhadores.

Mas o resultado prático, face às promes-

sas dos responsáveis da autarquia, tem sido nulo considerando que as obras não avançam e vai sendo adiada a sua conclusão por quaisquer motivos que até agora não conseguimos compreender.

Realçamos um pequeno exemplo, no mínimo enigmático, do que passa: Estão já instalados secadores de toalhas, e até foram adquiridos mais alguns destes equipamentos, contudo, não estão ainda a funcionar porque não foram ligados à rede elétrica (!?).

Deixamos este 'recado' à Câmara Municipal, reafirmando que não basta anunciar obras, é necessário executá-las e concluí-las. Os trabalhadores e o seu Sindicato não desistirão de lutar por condições dignas de trabalho! ■

# Nos meses de verão agrava-se o problema da falta de pessoal na CML!

A falta de pessoal na CML é um problema para o qual o STML tem chamado a atenção, reivindicando insistentemente a sua resolução através da entrada do pessoal necessário. Este reforço, no número de trabalhadores, é um passo indispensável para que a autarquia continue a prestar o serviço público de que está incumbida.

Face à política economicista na gestão de recursos humanos, tanto da parte do governo PSD/CDS, como do atual executivo de maioria PS, tem-se assistido a uma continuada redução de trabalhadores, sem precedentes na história do município, que colocam os serviços municipais à beira da ruptura.

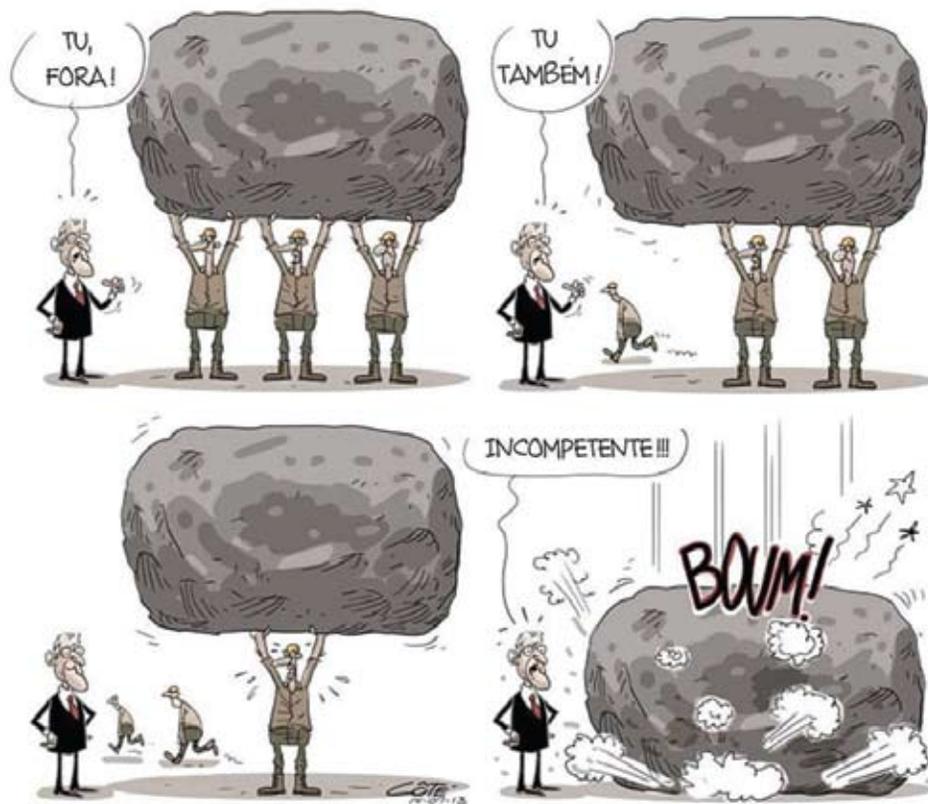
O mapa de pessoal da CML, que ainda há dois anos admitia mais de 11 mil funcionários, hoje conta com pouco mais de 9 mil.

As imposições oriundas do poder central, que em nome do controlo da despesa pública ditado pela troika estrangeira obriga à redução de trabalhadores, não permitindo a substituição daqueles que naturalmente saem por motivos de aposentação, associa-se a gestão que a autarquia de Lisboa vem praticando, não invocando o carácter excepcional que lhe é conferido por lei.

A Câmara Municipal no plano da supressão de necessidades impreteríveis, pode admitir os meios humanos que necessita para a prestação do serviço público municipal. Contudo, tem optado pela mesma linha política do governo, aprofundando-a inclusive.

Paradigmático é o caso em que governo decide e impõe uma redução de pessoal nas autarquias de 2% para o ano de 2012 e a Câmara Municipal de Lisboa, indo mais além, reduz em 4,5% (!).

Se a falta de pessoal no município é uma evidência, mais se acentua nos meses de verão, considerando o merecido gozo de férias por parte dos seus trabalhadores. Neste período são incontornáveis as funções que ficam por desempenhar, com naturais reflexos na vida de quem mora, trabalha ou simplesmente



visita a nossa cidade.

As dúvidas que muitos municípios colocam sobre a falta de limpeza das suas ruas (por exemplo), têm como única origem a falta de pessoal, embora a imagem que é passada não seja essa.

Ora, aqui temos a outra face do problema, pois todos sabemos que ao deixar degradar os serviços municipais, mais fácil será futuramente a justificação para a sua externalização, seja para as Juntas de Freguesia ou para entidades privadas.

Já hoje é prática corrente a entrega a privados de várias funções municipais, como a manutenção de jardins, calçadas e arruamentos, ou de reparações de viaturas e outros equipamentos. O pretexto utilizado (infelizmente verdadeiro) é a falta de meios humanos...

Em vez de resolver o problema, contratando os trabalhadores necessários, os responsáveis pela Câmara Municipal preferem contratar empresas, que prestam serviços com uma qualidade inferior e por um custo muito superior.

A falta de pessoal atinge transversal-

mente todos os serviços municipais. Observa-se uma carência intolerável de assistentes operacionais, das mais diversas actividades, assistentes técnicos, técnicos superiores e bombeiros sapadores.

O STML tem vindo a insistir com a vereadora dos Recursos Humanos a necessidade urgente em proceder à abertura de concursos de ingresso de pessoal para suprir as evidentes necessidades do município. A CML, apesar de reconhecer alguns dos nossos argumentos, apenas permitiu a abertura de um procedimento concursal para a admissão de auxiliares de acção educativa. Medida importante, mas claramente insuficiente face ao panorama atual que se vive no município de Lisboa.

No governo, como na Câmara Municipal de Lisboa, as opções políticas de fundo em nada se distinguem. PS, PSD e CDS-PP, partilham a mesmas orientações no que diz respeito aos serviços públicos e aos trabalhadores que os sustentam. Em toda a linha os querem esvaziar/ extinguir e despedir respetivamente. ■

# EGEAC sem sistema de avaliação

**D**esde 2008 que a EGEAC não tem nenhum sistema de avaliação em vigor. Devido à nova realidade que a empresa abraça, o que estava em vigência foi considerado obsoleto. Tendo agora sob sua alçada equipamentos de áreas multidisciplinares, tais como teatros, museus, cinema, monumentos, eventos na cidade, tornou-se necessário criar um modelo de avaliação mais justo e adaptado aos cargos inerentes.

Uma das primeiras medidas do actual Conselho de Administração – tomou posse em novembro de 2007 – foi a tentativa de implementação de um novo sistema de avaliação em que todos os intervenientes, directos e indirectos, se avaliam mutuamente. Este método de avaliação em 360º, promovido pela empresa de consultoria e gestão cultural *Sete Pés*, nunca apresentou nenhuma conclusão, apesar das tentativas de esclarecimentos e formação aos trabalhadores. Os prazos estipulados para a sua concretização foram todos ultrapassados, deixando os trabalhadores à mercê de termos de comparação não fundamentados.

Apesar da inexistência de um instrumento de avaliação, as actividades da EGEAC não cessaram. Corre-se o risco da constante mutação dos quadros que se tem verificado na empresa poder ter sido baseada em métodos duvidosos, ou mesmo, fomentada por juízos de valor incipientes.

Segundo o Conselho de Administração da empresa, a estagnação desta medida prende-se com a adopção de um novo Sistema Integrado de Gestão, que visa a normalização dos vários sistemas entre as diferentes estruturas.

Assim, enquanto uns trabalhadores foram despedidos no final dos seus contratos de trabalho, outros foram integrados nos quadros da empresa, sem que houvesse termo de comparação efectiva que servisse de indicador para uma discriminação mais justa.



## Condições de higiene e segurança no Padrão dos Descobrimentos

No que toca às condições de higiene e segurança, o caso mais flagrante da EGEAC reporta-se ao Padrão dos Descobrimentos. Sendo este um dos monumentos mais visitados em Lisboa, que serve de cartaz exponencial aos feitos dos portugueses, não se justifica que os trabalhadores sejam obrigados a trabalhar sob condições deploráveis.

Desde inundações, escoamento desmesurado de águas nos tectos e paredes, tomadas eléctricas expostas, correntes de ar contínuas nos locais de acolhimento ao público, ar condicionado a funcionar de forma deficiente, entre outras anomalias. Para além dos elevados riscos de electrocussão, a exposição prolongada a estas condições de trabalho adversas, poderão originar doenças de trabalho crónicas.

Apesar dos vários relatórios apresentados ao Conselho de Administração por entidades competentes neste campo, que de forma unânime e categórica alertam para os riscos a que os trabalhadores estão expostos, o Conselho de Administração teima em ignorar estes apelos, mantendo o monumento em funcionamento ininterrupto. Apesar de encerrar ao público à segunda-feira, os serviços de gestão e administrativos encontram-se activos.

Não há dúvida de que é necessário encerrar momentaneamente o monumento, proceder a obras de manutenção profundas que permitam aos trabalhadores desenvolverem as suas actividades da melhor maneira, minimizar os riscos a que estão sujeitos, evitando assim uma tragédia maior.

É lamentável que a EGEAC esteja à espera que lhe “roubem a casa” para pôr “trancas na porta”. ■



# Recordamos o fatídico mês de Agosto de 1988...

## Refletimos sobre o ‘antes’, o ‘depois’ e a situação atual no RSB



Lisboa ficou marcada para sempre com os acontecimentos do dia 25 de agosto de 1988. Um incêndio de enormes proporções que, alegadamente, teve início nos Armazéns Grandela e destruiu uma parte da Baixa Pombalina, o Chiado. Este incêndio serviu para pôr a nu, todas as fragilidades que o maior corpo de bombeiros do país, o Regimento de Sapadores Bombeiros, se deparava.

No Regimento, antes de agosto de 1988, existiam muitas lacunas que vieram à tona, quando se deu esta catástrofe que foi o fogo do Chiado. Um número de operacionais insuficientes; total ausência de equipamentos de proteção individual (EPI); viaturas de socorro em número reduzido e com muitos anos de uso; equipamentos de apoio ao socorro inexistentes; e a formação era quase nula, contando os profissionais apenas com o seu conhecimento empírico.

O executivo camarário de então, resolveu que era urgente tomar medidas para que uma situação como aquela não se voltasse a repetir. Para tal, foram investidas verbas para aquisição de equipamentos de proteção individual, novas viaturas e equipamentos de apoio ao socorro, apostou na formação dos operacionais, tornando o socorro mais diligente e alargou o quadro de pessoal para 1112 profissionais.

25 Anos depois, um simulacro de incêndio serve para lembrar a todos, municipais, autarcas, Comando e restantes profissionais do RSB, da importância de ter um corpo de bombeiros motivados e preparados para acudir a qualquer sinistro em qualquer momento.

Mas a realidade do RSB, atualmente, é tão ou mais preocupante do que aquela que se vivia há 25 anos atrás. Constata-se que o regimento foi votado ao abandono por parte deste executivo camarário.

Atualmente os aquartelamentos estão todos a necessitar de obras, alguns inclusivamente, não reúnem as condições mínimas para serem quartéis de bombeiros. Voltamos a ter um número de operacionais tão ou mais reduzido que há 25 anos atrás.

Os equipamentos de proteção individual estão em tão mau estado que se torna vergonhoso envergá-los. Aliás, este comando anda há 3 anos a abrir e fechar concursos para a aquisição de um número reduzido destes equipamentos sem que se

observe algum tipo de conclusão.

Não existem fardamentos! Gastaram-se largas centenas de milhares de euros em determinadas viaturas para o socorro, para depois estarem todas fora de serviço devido às muitas alterações de que foram alvo! Demonstra-se claramente, uma desastrosa gestão financeira!

Uma grande parte do parque automóvel já tem anos a mais de uso. A formação não é a adequada pois não visa a otimização da prestação do socorro. O que se verifica continuamente é a realização de protocolos com empresas privadas em que o único objetivo é o lucro.

Existe ainda, um vazio hierárquico provocado pelas saídas para a aposentação por parte da chefia. De alguns anos a esta parte, o Regimento está tão “desgovernado” que seria exaustivo falar em todos os problemas que necessitam de soluções imediatas.

Atualmente o número de perigos é muito mais diversificado e aumentou exponencialmente! Hoje passam pela cidade de Lisboa, pelas mais diversas razões, um número muito mais alargado de visitantes, o que implica uma maior prevenção. Seria pois expectável que tivesse havido, à imagem do que foi feito pelos autarcas em 1988, após o incêndio da Baixa-Chiado, um investimento a todos os níveis no Regimento, mas a realidade é exatamente a inversa. O RSB está a passar por uma fase caótica onde se começa a vislumbrar alguma anarquia, tornando-se imperioso inverter rapidamente esta situação.

A evocação do fogo do Chiado deveria servir para se fazer um balanço do estado em que se encontra o RSB, mas este executivo camarário e este comando em particular, já deram provas que nada querem e nada vão fazer para inverter este estado de coisas. As únicas medidas adotadas por este comando são meras operações de cosmética e de “show-off”.

Fazendo o “rescaldo” do simulacro de incêndio da Baixa-Chiado, do passado 25 de agosto, constata-se que o poder político, juntamente com o comando e alguma chefia, utilizou esta efeméride para mais uma vez servir de “trunfo” para a futura campanha eleitoral autárquica que se aproxima e, em simultâneo, branquear a situação atual do RSB.

25 Anos depois o Regimento está a regredir a passos largos para o estado em que se encontrava na penúltima década do século XX. ■



# O que depreendemos das reuniões Instaladoras no âmbito do famig de competências para

**P**or iniciativa das duas estruturas da CGTP-IN, representativas dos trabalhadores da administração local, STML e STAL, foram solicitadas reuniões aos presidentes das atuais Juntas de Freguesia de Lisboa e às comissões instaladoras das novas freguesias, as que são resultado de fusão de duas ou mais freguesias.

Estas reuniões tiveram como objetivo auscultar os autarcas sobre a transferência de competências da Câmara Municipal para as Freguesias, previstas na Lei 56/2012, e transmitir a posição negativa destes sindicatos em relação a esta matéria, além de alertar para as possíveis consequências que tais medidas poderão constituir na prestação do serviço público municipal e para os trabalhadores, tanto das atuais Juntas de Freguesia, como da Câmara Municipal.

Ao longo do último mês, fomos constatando uma receptividade positiva por parte dos autarcas, uma vez que fomos recebidos por representantes de metade das futuras Freguesias.

Considerando o facto de termos atravessado um período tradicionalmente de férias, as delegações sindicais compostas por dirigentes de ambos os sindicatos, foram recebidas pelos presidentes das atuais Juntas [que se mantêm sem alterações], e

pelos presidentes das comissões instaladoras, alguns candidatos à presidência da nova Junta, por vezes acompanhados dos presidentes das Freguesias que são fundidas.

A primeira conclusão que podemos retirar é que o processo não foi iniciado, confirmando-nos os autarcas que os contactos com a CML sobre esta matéria são praticamente inexistentes. Até agora, resumiu-se a uma apresentação sumária, nunca tendo sido discutido concretamente quais as funções, os meios humanos ou patrimoniais que passam para a alçada das juntas de freguesia. Ficou patente que as discussões concretas só se desenvolverão após as eleições autárquicas, com os novos eleitos.

As posições dos diversos autarcas, antevendo a assunção das novas funções provenientes da CML, variam consoante a sua conotação política, notando-se desde logo maior apetência por parte dos candidatos do PS e PSD, e maiores dúvidas e discordância por parte dos da CDU.

Estas posições não são de estranhar, pois correspondem às posições que estas forças políticas já haviam assumido, tanto na Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa, onde a Lei 56/2012 foi desenhada, como na Assembleia da República, em



# ões realizadas com as Comissões gerado processo de transferência as juntas de freguesia

que PS e PSD aprovaram esta legislação com os votos contra dos partidos que constituem a CDU, PCP e PEV.

Perante a pergunta dos sindicatos, isto é, se pretendem as novas juntas de freguesia manter todas as funções na esfera pública e desempenhadas por trabalhadores em funções públicas, nenhum teve a coragem de afirmar o contrário, embora se observe, por parte dos mais “empreendedores” dentro do universo PS, PSD, um discurso apontando para o que for mais rentável.

Para o STML, a única forma de manter estes serviços universais, é mantê-los públicos. Por parte dos autarcas da CDU, realça-se o fato de defenderem o serviço municipal exclusivamente público, posição que se demarca claramente das restantes forças políticas.

Verificamos ainda, ao longo destas reuniões, a existência de um conjunto de opiniões reveladoras de desconhecimento absoluto das responsabilidades que vão recair sobre as novas freguesias.

Desde o entusiasmo dos mais incautos, face às eventuais verbas que poderão receber implícitas à transferência de competências, alguns julgando que lhes poderá sair a lotaria, aos que acham que vão escolher discricionariamente os trabalhadores da Câma-

ra Municipal que poderão vir a ser transferidos. Percebe-se que muitos dos atuais presidentes de junta e muitos dos candidatos a presidente de junta, não percebem que a concretizar-se a transferência prevista, isso acarretará um mapa de pessoal com mais de uma centena de trabalhadores, com os todos os custos inerentes que terão que ser descontados nos “milhões” ambicionados e contemplados na Lei de transferência de competências.

Contudo, alguns têm dúvidas e já perceberam que estão perante um “presente envenenado”. Ao ficarem eventual e totalmente responsáveis pelas Escolas, Equipamentos Desportivos, Limpeza Urbana, Espaços Verdes, Arruamentos, Ação Social, entre outras áreas de intervenção, as verbas previstas são claramente insuficientes para dar resposta às necessidades da população. Percebem que a autarquia socialista quer apenas livrar-se de responsabilidades, sobrando o odioso, as reclamações e tudo o mais, para as juntas de freguesia. Entre estes encontram-se os autarcas da CDU, cientes da realidade da cidade.

O STML, em conjunto com o STAL, continuará a lutar pela manutenção dos serviços públicos sob a alçada da Câmara Municipal, defendendo intransigentemente os direitos, os interesses e as aspirações dos trabalhadores do município. ■

## Regresso ao passado na CM Lisboa?



**Sem ovos, não se fazem omeletes...**

# Plenário de Sindicatos da CGTP-IN de 24 de julho

O STML participou com os dirigentes e delegados sindicais no Plenário Nacional de Sindicatos da CGTP-IN realizado em Lisboa, no Cinema São Jorge, no passado dia 24 de julho. Neste Plenário, participaram mais de 650 dirigentes, delegados e ativistas sindicais, número bastante significativo considerando que nesta data já muitos trabalhadores se encontram no gozo dos seus períodos de férias.

No encontro procedeu-se à análise da situação política, designadamente a resposta a dar ao Presidente da República sobre a manutenção do Governo de coligação PSD/CDS e, os compromissos de ação a desenvolver pelo Movimento Sindical Unitário [MSU] nos próximos tempos e aprovou-se uma resolução.

A resolução aprovada critica fortemente o Presidente da República que, ao decidir manter o Governo PSD/CDS em funções, desrespeitou a vontade popular e colocou a democracia e os portugueses como reféns do memorando da troika e da política de direita, visando a eternização dos sacrifícios, da exploração, das desigualdades e do empobrecimento.

O Presidente da República assume-se assim como corresponsável no afundamento do país e promotor da política de desastre, premiando aqueles que deveria penalizar por serem os responsáveis pelo desemprego imparável, a redução dos salários e das pensões, a pobreza alarmante, o ressurgimento da fome e da miséria extrema, a lei das rendas, que é de efetivos despejos, a destruição da produção nacional, a dívida pública, que atinge máximos históricos e se torna impagável, o défice deslizante e uma recessão económica que indicia um novo resgate.

O Governo PSD/CDS, recauchutado ou não, não tem legitimidade nem credibilidade política, ética e moral para continuar a governar. Ele tornou-se um perigo público e o grande obstáculo que impede a solução dos problemas do país.

Neste sentido, a moção de confiança que o Presidente da Repúbli-

ca anunciou, como porta-voz do Governo, constitui uma encenação que visa escamotear o esvaziamento da sua base social e eleitoral e não passa de um artifício para fugir à censura e condenação popular em resultado das eleições.

Os trabalhadores e o povo não podem ser remetidos para a posição de espectadores perante uma política que está a destruir as suas vidas e a hipotecar o futuro do país e exigem a realização de eleições no curto prazo para determinar o rumo que o país deve seguir.

O povo não suporta mais o definhamento económico, a exploração e o aumento das desigualdades, o empobrecimento e o saque à riqueza nacional.

Para a CGTP-IN, o que é inevitável é a rutura com esta política, a demissão do Governo e a construção de uma política alternativa que valorize o trabalho, dignifique os trabalhadores, defenda os serviços públicos e coloque Portugal no rumo do progresso e justiça social.

Portugal precisa de uma política que desagrave os impostos sobre quem trabalha e trabalhou e assegure o financiamento do Orçamento de Estado com base em impostos sobre o capital, nomeadamente sobre as transações financeiras e os dividendos dos grandes acionistas, o pagamento da taxa efetiva de IRC pelas grandes empresas e o fim dos paraísos fiscais.

Foi a luta prolongada dos trabalhadores e das populações que precipitou o processo vivido ao longo das últimas semanas e resultou no desgaste acentuado do Governo, da política de direita e da expressiva diluição da sua base social de apoio.

É a intensificação da luta de massas, com uma forte participação dos trabalhadores e das populações, que determinará a queda final do Governo, o fim da sua política, a realização de eleições a curto prazo e a construção de uma política de esquerda e soberana.

No final, os ativistas presentes deslocaram-se a S. Bento para entregar a Resolução Político-Sindical exigindo, particularmente, **a mudança de política e de Governo e a realização de eleições, já!** ■



# Protesto da Frente Comum contra os despedimentos na Administração Pública e contra a implementação das 40 horas

O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, em convergência com outros sindicatos da Administração Pública realizou, no passado dia 29 de julho, uma manifestação/protesto conjunto contra o aumento do horário de trabalho para as 40 horas e a chamada requalificação dos trabalhadores da administração pública que visa legalizar os despedimentos sem justa causa.

Dirigentes, delegados e ativistas sindicais desfilaram, do Largo Camões para Assembleia da República, manifestando indignação e oposição às propostas do maior despedimento coletivo de sempre e de aumento da jornada de trabalho, propostos pelo Governo PSD/CDS.

Neste dia foram votadas, e aprovadas pela maioria que sustenta o governo, na Assembleia da República esta dois diplomas de lei que, a serem implementados, serão mais uma forte machadada nos direitos destes trabalhadores, fazendo parte da estratégia da política de direita de dismantelar o Estado, reduzindo-o ao mínimo, reduzindo assim a educação, a saúde e a segurança social pública que prestam serviços essenciais a todos os portugueses, privatizando muitas das suas áreas.

A Frente Comum anunciou ainda, nesta ação, que por considerar que o diploma é de duvidosa constitucionalidade e fere diretamente princípios básicos da Constituição da República Portuguesa (CRP), exigir junto do Sr. Presidente da República um pedido de envio do diploma para fiscalização preventi-



va da constitucionalidade, responsabilizando-o pela defesa e cumprimento da CRP, em defesa dos direitos e da dignidade dos trabalhadores da Administração Pública.

Nas intervenções dos dirigentes sindicais e do secretário-geral da CGTP-IN, frente à Assembleia da República, ficou expresso o compromisso, de forma viva e determinada, que a luta prosseguirá para inviabilizar aplicação de tais medidas e as anular, na defesa dos direitos dos trabalhadores da administração pública e do sector privado e das funções sociais do estado.

**Considerando as últimas decisões do Tribunal Constitucional, interessa valorizar a ideia de que lutar vale a pena! ■**

## O Jornal O Público falta ao respeito aos trabalhadores da CML!

Na edição do Jornal *O Público*, do dia 2 de agosto, foi publicada uma notícia com o título «Acórdão sobre consumo de álcool no trabalho indigna autoridades». O artigo em questão abordava a temática do consumo excessivo de álcool por trabalhadores da empresa *Greendays* de Oliveira de Azeméis.

Independentemente da opinião que possamos ter sobre os acontecimentos relatados nessa reportagem, o que nos leva a referir os casos ocorridos e a respetiva notícia desse órgão de comunicação social, é o facto de a mesma ter sido ilustrada com uma fotografia de um trabalhador, cantoneiro de limpeza, e de uma viatura pesada de recolha de resíduos sólidos da Câmara Municipal de Lisboa.

Consideramos inadmissível a utilização abusiva desta fotografia, pois associa claramente os trabalhadores do município ao consumo excessivo de álcool, denegrindo a imagem de uma classe profissional imprescindível ao bem-estar de todos os que habitam, trabalham ou visitam a cidade de Lisboa.

O STML, como era sua obrigação, escreveu de imediato à direção e ao provedor dos leitores deste jornal, exigindo a reparação imediata deste lapso de natureza muito grave. A reparação acompanhada de um pedido de desculpas foi publicada na edição de 6 de Agosto último do Jornal *O Público*, que anexamos em baixo.

Numa época em que vários interesses [privados] se movem em

torno do esvaziamento de funções da CML, entre as quais se encontra a Limpeza Urbana, situações como a que aqui expomos, podem constituir pretextos para somar à propaganda que apela à consumação de certos projetos de dismantelamento dos serviços públicos municipais.

O STML continuará a defender os trabalhadores do município! Cá estará para lutar pela verdade, não permitindo que a incompetência, deliberada ou não de alguns órgãos de comunicação social, sirva para alimentar campanhas torpes, que põem em causa a dignidade de quem ganha a vida a trabalhar e, simultaneamente coloque em causa a qualidade do serviço público municipal, alimentando argumentos fáceis, na maior parte das vezes falaciosos. ■

**PÚBLICO, TER 06 AGO 2013 | 43** Na edição do passado dia 2 de Agosto, na pág. 12, o artigo *Acórdão sobre consumo de álcool no trabalho indigna autoridades*, foi erradamente ilustrado com uma imagem da recolha do lixo em Lisboa, quando o caso referido no artigo tinha a ver com uma empresa de recolha do lixo no Porto. O Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa fez-nos chegar, por carta, uma chamada de atenção e um protesto, justificado. Pelo erro, as nossas desculpas a todos os envolvidos e aos leitores. ■

# Em 1 de outubro a CGTP-IN completa 43 anos de existência!

A maior central sindical portuguesa, considerada por muitos como a maior organização social do país, completa, no próximo dia 1 de outubro, 43 anos de história, luta e resistência.

A CGTP-IN, que o STML integra orgulhosamente, nasceu em 1970, em plena ditadura fascista, na altura encabeçada por Marcello Caetano. A 1 de outubro desse ano, as direções do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa convidam outras direções sindicais para “comparecerem numa sessão de trabalho para estudo de alguns aspetos da vida sindical cuja discussão lhes parece da maior oportunidade”.

A ordem de trabalhos proposta para a primeira reunião intersindical reflete, desde logo, uma conceção de sindicalismo que não separa a resolução dos problemas dos trabalhadores da luta pelos direitos e liberdades democráticas fundamentais. No dia 11 do mesmo mês, realizou-se em Lisboa a primeira Reunião Intersindical com a presença de 13 direções sindicais. Iniciava-se assim o movimento das reuniões intersindicais.

Destacamos alguns momentos da fase inicial da CGTP-IN em que se consolida a sua natureza, o seu projeto e os seus objetivos. A **21 de março de 1971**, verifica-se a aprovação do **Programa Básico** da Intersindical, documento em que se reivindica a liberdade sindical, o direito de livre negociação e o direito à greve.

Após a revolução do **25 de abril de 1974**, momento maior da história nacional que libertou o nosso povo das amarras da ditadura fascista, a CGTP-IN organiza a **1 de maio**, no âmbito das comemorações do Dia Internacional do Trabalhador, a maior manifestação de massas alguma vez realizada em Portugal, uma expressão inequívoca do seu poder de mobilização e da adesão dos trabalhadores e do povo português ao 25 de Abril e ao projeto revolucionário de transformação da sociedade que lhe estava implícito.

A **27 de maio**, é instituído pela primeira vez no nosso país um salário mínimo nacional no valor de 3300\$00, que veio beneficiar mais de 50% dos trabalhadores portugueses. O direito de greve e



de liberdade sindical eram já exercidos na prática.

De **25 a 27 de julho de 1975** realiza-se o 1º Congresso da Intersindical (com a participação de 159 sindicatos). É instituída a Intersindical por vontade expressa dos trabalhadores e são aprovados os seus primeiros estatutos e programa de ação. O seu 2º Congresso, realizado de **27 a 30 de janeiro de 1977**, reuniu 1147 delegados, em representação de 272 sindicatos, 13 federações e 17 uniões. Foi um grande congresso, consubstanciado na unidade e na reafirmação da CGTP-IN como a grande central unitária dos trabalhadores portugueses.

Atualmente a CGTP-IN apresenta [e representa] mais de 700 mil trabalhadores distribuídos pelos sindicatos seus associados. Uma força ímpar no panorama nacional só possível com a confiança em si depositada pelos milhares de trabalhadores que lutam e resistem pelos seus direitos, pelas suas aspirações e pelos seus interesses. É indubitável a simbiose desta grande e prestigiada organização social com a luta de quem trabalha.

Uma central sindical, indesmentivelmente enraizada na vontade dos trabalhadores portugueses que se projeta para o futuro com a sua força, determinação e confiança na obtenção de melhores condições de trabalho e de vida.

À CGTP-IN, a nossa Central Sindical, as maiores felicitações pelo seu 43º aniversário! ■

# Os programas de inserção na CML não passam de uma falácia que eterniza a exclusão dos trabalhadores desempregados!

Face à carência de pessoal em inúmeros serviços municipais, a autarquia tem desenvolvido um conjunto de parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional [IEFP], concretamente através do uso (e abuso) do *Contrato Emprego-Inserção*, visando o envolvimento de trabalhadores que se encontram na condição de desempregados.

Ao consultarmos a página oficial do IEFP, os objetivos do **Contrato Emprego-Inserção**, que enquadra os trabalhadores desempregados que optem por este programa, são:

«Promover a empregabilidade de pessoas em situação de desemprego, preservando e melhorando as suas competências socioprofissionais, através da manutenção do contacto com o mercado de trabalho; Fomentar o contacto dos desempregados com outros trabalhadores e atividades, evitando o risco do seu isolamento, desmotivação e marginalização e, Apoiar atividades socialmente úteis, em particular as que satisfaçam necessidades locais ou regionais.»

Em teoria, não encontramos razões para grandes críticas face aos objetivos apresentados, contudo, o que facilmente se depreende da realidade observada na Câmara Municipal de Lisboa, é a sobre-exploração de um conjunto de trabalhadores, muitos deles altamente qualificados e que respondem de facto a necessidades essenciais dos serviços municipais onde estão colocados, mas que dificilmente serão integrados e título definitivo nos mapas de pessoal da autarquia. Ao fim de 12 meses regressam à sua condição de desempregado a ‘tempo inteiro’.

Os responsáveis políticos da CML encontraram assim, um método que evita pontualmente o colapso de importantes serviços municipais onde a falta de pessoal é por demais evidente. Problemas que o STML tem insistentemente denunciado, através de sucessivas reivindicações onde se exige a admissão urgente de trabalhadores.

Ora, se muitos dos trabalhadores desempregados que se encontram ao abrigo deste “programa de inserção”, representam de facto uma mais-valia para o município, já que respondem qualitativamente às necessidades dos serviços onde estão inseridos, por que razão não se desenvolve os mecanismos legais para a sua plena



integração, preenchendo as vagas existentes nos mapas de pessoal? Porventura, estaremos perante (mais) uma manifesta ausência de vontade política para resolver de forma séria, honesta e competente, um dos problemas mais sentidos pelas hierarquias e trabalhadores da CML.

Um outro elemento que ajuda a compreender a opção política do executivo camarário em optar pelos *programas de inserção* para minimizar o problema da falta de pessoal, são os baixos ‘custos’ que lhe estão associados.

Os trabalhadores ao abrigo do *Contrato Emprego-Inserção*, além do valor do respetivo subsídio de desemprego, recebem um acréscimo correspondente a 20% desse mesmo subsídio da parte da CML. A autarquia suporta ainda o subsídio de alimentação e eventuais custos com o passe para os transportes públicos (limitado à cidade de Lisboa). Considerando que têm prioridade no acesso ao *Contrato Emprego-Inserção* os desempregados subsidiados com prestações iguais ou inferiores à remuneração mínima mensal garantida (€ 485,00), isto é, trabalhadores com subsídios baixos, também os 20% da responsabilidade da CML será, obviamente, um valor proporcionalmente baixo.

É pertinente acrescentar que muitos destes trabalhadores-desempregados são impedidos de exercerem direitos que os seus colegas com *Contrato de Trabalho em Funções Públicas* têm, enfatizando os sucessivos casos em que por exemplo se verifica uma limitação inaceitável no plano dos direitos sindicais.

O *Contrato Emprego-Inserção* é de facto um instrumento que tem permitido à CML garantir mão-de-obra precária e barata, na maior parte das vezes qualificada, além de simultaneamente evitar, mesmo que transitoriamente, o encerramento de importantes serviços municipais. Estaremos perante formas modernas de exploração? Há quem lhe chame “programas de inserção”, esquecendo-se da integração efetiva, estável e digna corporizando o que é considerado um Direito Constitucional: o Direito ao Trabalho!

Também por aqui se percebe o discurso contraditório e porque não afirmar demagógico do PS/António Costa, quando se vangloria face aos resultados alcançados na redução dos custos com pessoal, materializado na diminuição de cerca de 2000 trabalhadores ao longo dos 6 anos em que assumiu a presidência do município. ■

# Agressão aos reformados e a resposta necessária



O recauchutado governo Passos/Portas prossegue a política de destruição dos direitos e assalto aos bolsos dos trabalhadores em geral, aos reformados em particular e, especialmente, aos aposentados da Administração Pública. Dois projetos de diploma apontam neste sentido. CGTP-IN e Frente Comum já se manifestaram vigorosamente contra mais esta intenção de fazer regredir os valores da solidariedade social que são a matriz da nossa Constituição.

Quanto à Lei de Bases da Segurança Social, pretendem, para as novas reformas:

- Aumentar, já em 2014, a idade da reforma para 66 anos, podendo aumentar ainda mais nos anos seguintes, pois passa a depender da evolução da esperança média de vida;

- Reduzir o valor da reforma, já em 2014, em consequência de alteração do cálculo do fator de sustentabilidade, atuando sobre o ano de referência da esperança média de vida, que passaria de 2006 para 2000. O fator de sustentabilidade, atualmente de 4,8%, seria agravado para cerca de 9,8%.

Para os atuais e futuros aposentados da Administração Pública, o que nos propõem:

- Rasgar compromissos assumidos aquando da passagem à situação de aposentação, cortando mais 10% nas pensões acima dos 600 euros e 10% nas pensões de sobrevivência acima de 300 euros, atribuídas pela CGA.

- Estas pensões seriam repostas em caso de crescimento económico igual ou superior a 3%. Com esta política desastrosa, a retoma da economia seria uma miragem e os reformados bem poderiam esperar ...no cemitério!

Em face destas graves ameaças, teremos de cerrar fileiras em torno do nosso Sindicato, da Frente Comum e da CGTP-IN/Inter-Reformados, num combate por todas as formas possíveis contra estas medidas que se preparam para aprovar ... mas só após as eleições autárquicas!

**Por falar em eleições... Porque não apresentarmos um cartão vermelho a esta gente que nos rouba, nos maltrata e que pretende fazer-nos pagar pelos disparates cometidos em décadas de políticas de direita?**

### Atividade reivindicativa

Este ano, contrariamente ao habitual, as nossas reuniões foram interrompidas apenas no mês de Agosto. Os ataques de que temos sido alvo, não abrandaram, nem com a crise política decorrente da demissão de Gaspar e Portas, nem durante o período de férias.

E como não podemos calar a revolta:

- A 6 de julho participámos na Manifestação da CGTP em Belém, exigindo a demissão do Governo e eleições antecipadas;
- A 18 de julho estivemos com os aposentados dos CTT, frente ao Ministério da Segurança Social, num protesto solidário contra as políticas de destruição dos seus direitos;
- A 29 de julho participámos no Plenário Nacional dos Sindicatos e na manifestação da Frente Comum, desde o Camões à Assembleia da República, contra as propostas de despedimento e aumento da jornada de trabalho.

### Atividade sociocultural

No dia 24 de julho, revisitámos a cidade de Lisboa pelo olhar de Sena da Silva, um dos maiores fotógrafos portugueses da segunda metade do século XX. Foi na Cordoaria Nacional que nos encontrámos para uma visita a uma parte do espólio deste grande fotógrafo da nossa cidade. Para o José Narciso, do serviço de Cultura da CML, pela sua disponibilidade, conhecimento e paciência com que nos guiou, vão os nossos sinceros agradecimentos. ■



### Voto de pesar

Partiu o nosso querido companheiro Armando Santos. Não o esqueceremos. Havemos de continuar a sua e nossa luta de sempre por um mundo melhor. ■

# Apesar da propaganda falaciosa do governo o desemprego aumentou de novo!

**A** baixa do desemprego anunciada nos últimos tempos nos vários títulos de jornais e reportagens, nomeadamente a do desemprego entre os mais jovens, fazendo-se uso dos números do **emprego sazonal** criado, sobretudo na área da Agricultura, é uma farsa!

Os dados do INE, recentemente lançados, demonstram a falsidade destas notícias e confirmam, infelizmente, o aumento do problema e as consequências trágicas que está a ter a implementação do *Memorando de Entendimento*, verdadeiro programa de agressão ao nosso país conjugado com décadas de política de direita e de favorecimento do Capital.

Segundo estes dados, em termos latos, contam-se 1,4 milhões de desempregados, mais 74,6 mil do que em igual período de 2012, atingindo os 25,7%.

A taxa de desemprego jovem atingiu, neste 2º trimestre do ano, os 37,1%, registando-se também um crescimento em termos homólogos, havendo mais 25 mil jovens desempregados. Facto especialmente grave e relevante, ao verificarmos que terão saído do país cerca de 142 mil jovens com idade compreendida entre os 15 e os 34 anos.

Estes números significam uma diminuição da população ativa jovem superior a 7% – sendo que a emigração maciça de jovens, a maioria qualificados, terá consequências profundas a longo prazo. Esta realidade, trazendo sofrimento aos jovens trabalhadores e às suas famílias, deixa, desde já, milhares de pessoas sem acompanharem o crescimento de filhos e netos que deixam as suas terras, numa situação que faz, cada vez mais, lembrar os velhos tempos do fascismo.

O aumento do emprego que se observa, e que tem servido para a ampla propaganda deste Governo, paralelismo com a propaganda de outros tempos, deve-se, em grande medida, a fatores sazonais.

É de salientar que a esmagadora maioria destes novos contratos de trabalho são realizados em situação precária. Mais de 90% dos contratos são a termo, reforçando a legitimidade das denúncias de centenas de trabalhadores, por todo o país, relativamente ao incentivo que este Governo dá à ao trabalho precário, através dos múltiplos programas de “política ativa de emprego” e, mais recentemente, com a extensão dos contratos a termo por mais 12 meses, denúncias realizadas através dos diversos sindicatos da CGTP-IN, bem como da própria Central Sindical.

A reversão dos dramáticos números do desemprego só acontecerá por via de uma outra política, que fomente o aumento dos salários e pensões, dinamize o mercado interno e a produção nacional, e promova o trabalho com direitos. A demissão do Governo, e uma verdadeira política alternativa que valorize o emprego e dignifique os trabalhadores, mostram-se imprescindíveis a um caminho de crescimento, a melhoria das condições de vida de quem trabalha, o desenvolvimento económico ao serviço das populações.

Só com a nossa participação ativa, a sindicalização e ação sindical com intervenção nos nossos locais de trabalho e na rua, denunciando e exigindo outro rumo, porá fim ao desemprego entre os jovens do nosso país.

**Queremos trabalho! Exigimos Direitos! ■**



Inserido nas comemorações do 43º Aniversário da CGTP-IN, sempre ao lado dos trabalhadores, a Direção da União dos Sindicatos de Lisboa (USL) vai realizar, no dia 5 de outubro, o seu XXII Encontro de Cicloturismo.

A USL há 21 anos que promove a realização do seu Encontro de Cicloturismo, iniciativa que tem ocorrido sempre no feriado 5 de outubro (dia comemorativo da instauração da República Portuguesa). Este ano, o XXII Encontro de Cicloturismo mantém-se no dia 5 outubro, apesar desta data fazer parte dos feriados roubados por este Governo.

A realização do XXII Encontro de Cicloturismo vai ser mais uma iniciativa sindical de convívio e confraternização de muitos amigos e conhecidos que desde há muitos anos se encontram nesta altura.

A concentração será feita pelas 8.00 horas na Alameda da Cidade Universitária, frente à Reitoria, e o percurso passa por Bucelas e Alverca (onde existirá um ponto de abastecimento) e culminando no ponto de partida.

A inscrição individual ou coletiva é gratuita, e pode ser efetuada na USL ou na sede do nosso sindicato. ■

# As parcerias público-privadas mal disfarçadas na CML

**N**um momento em que o país atravessa um dos seus piores momentos no plano económico e social, resultado da política de direita levada a cabo ao longo de mais três décadas pelos denominados ‘partidos do arco do poder’, observamos na Câmara Municipal de Lisboa (CML) a assunção de estratégias semelhantes, hoje fortemente criticadas, quer por leigos do assunto, quer por especialistas na matéria.

Referimo-nos a orientações políticas que retiram da esfera pública a exploração e prestação de importantes serviços às populações através das famigeradas parcerias público privadas [PPP]. Um mecanismo fortemente defendido pelo PS, PSD e CDS e que se tem revelado como um dos maiores cancro das contas públicas nacionais.

Na prática, as PPP consubstanciam um negócio em que o ‘privado’ investe o nome e pouco mais, e o ‘público’ [o Estado] investe material e financeiramente, garantindo os lucros e cobrindo os prejuízos sempre que necessário à entidade privada com quem contratualizou a exploração de uma determinada área de interesse público.

A 1ª PPP portuguesa surgiu em 1992, aquando da construção da Ponte Vasco da Gama no tempo do 1º ministro Cavaco Silva. Uma PPP apressada, sem estudos legais e técnicos prévios sobre a associação entre o Estado e os interesses privados. Portugal é hoje no seio da Europa, o país que mais recorre às PPP.

Muito se tem falado nos últimos anos sobre os verdadeiros custos para o nosso país destes negócios, que em muitas situações são autênticos crimes lesa pátria. O descalabro nas contas públicas tem na sua origem, entre outras razões e sem margem para qualquer dúvida, as PPP.

Segundo dados do ano passado da Direção Geral do Tesouro e Finanças, os encargos brutos do Estado decorrentes dos contratos estabelecidos até esse ano com os parceiros privados, estimaram-se em 24.407 milhões de euros, o que representa cerca de 14,6% do PIB previsto para 2012. Um valor que ultrapassou por 3 vezes os valores supostamente envolvidos no escândalo financeiro e criminoso do BPN!

No município de Lisboa, através de uma política cujos fundamentos são na maior parte das vezes falaciosos, constata-se a mesma



ideia que sustenta as PPP, ou seja, concede-se a entidades privadas a gestão e exploração de importantes equipamentos públicos como no caso das instalações desportivas municipais.

A título de exemplo, das 14 piscinas municipais existentes atualmente na cidade de Lisboa, 7 já estão ‘concessionadas’ a entidades privadas [3 delas mantêm-se ainda encerradas], mesmo que na sua tipologia surja o termo de «entidade sem fins lucrativos» e/ou ligadas ao movimento associativo.

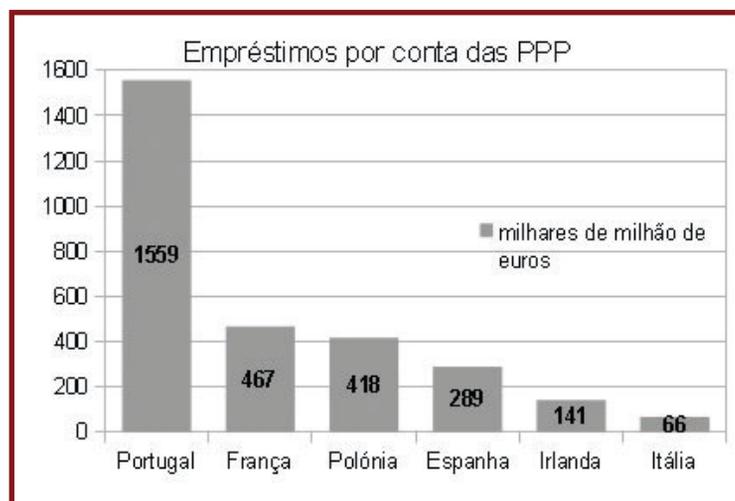
É pertinente referir que em todos os contratos celebrados entre a CML, através do Departamento de Desporto, e as entidades várias que hoje exploram estes equipamentos, continua a ser a autarquia a suportar os encargos ditos correntes, como os custos com a luz, a água ou o gás, além dos custos que possam decorrer da execução de obras de manutenção. A CML aprova ainda a transferência de verbas apreciáveis do orçamento municipal para estas entidades. Mais de 150 mil euros para três piscinas! Um valor muito superior àquele que a CML dota as piscinas de gestão direta.

No momento em que escrevemos este artigo, desenvolvem-se novos contactos entre a CML e os grandes clubes da cidade de Lisboa, autênticos clubes-empresas, com vista à ‘cedência’ de outras piscinas municipais.

O que pretendemos retratar aqui é a semelhança indisfarçável sobre as visões entre os que hoje ocupam os lugares de poder no governo – PSD/CDS- e os que lideram o atual executivo municipal – PS -sobre as áreas que devem ser da competência do setor público e as áreas que devem ser exploradas pelo setor privado. Claro está, pelos exemplos atrás referidos, que a ótica neoliberal ganha preponderância, tudo em função da iniciativa e dos interesses privados, mas nada em função do interesse público e coletivo!

A desresponsabilização perante a cidade e a população de Lisboa tem sido o apanágio defendido pelo executivo liderado por António Costa, ignorando e desvalorizando paralelamente, os interesses dos trabalhadores do município que, enrolados na teia política, seja do PS, do PSD ou do CDS veem os seus direitos espezinhados e as suas expectativas constantemente defraudadas. A defesa dos seus interesses é simultaneamente a defesa do interesse público, o mesmo é dizer, dos interesses das populações.

**O ‘público’ é de todos, o ‘privado’ é só de alguns! ■**



# Um governo recauchutado, a mesma política de destruição!

**A** pesar de isolado política e socialmente, o governo de direita PSD/CDS continua em funções e a desencadear a maior ofensiva das últimas décadas contra o povo e os trabalhadores portugueses, mas também contra o País livre e soberano. Depois de dois anos de governação, o desemprego atingiu níveis inimagináveis, sucederam-se as falências de micro e pequenas empresas, a economia afundou e falharam todos os objetivos declarados de controlo do défice e da dívida pública. Os resultados do descalabro precipitaram a “fuga” de Vítor Gaspar (o “cérebro” por trás das políticas neoliberais do governo de Passos e Portas) e iniciaram a tal “crise política” que acabou com o golpe palaciano do ministro das decisões irrevogáveis Paulo Portas, que assim acabou conquistando mais poder no seio do governo (aquilo que o triste espetáculo da “crise” demonstrou ser, efetivamente, a única coisa que interessa ao CDS).

De modo a afirmar esse mesmo poder, Portas tornou-se vice-primeiro ministro, e juntou às duas pastas nas mãos do seu partido a da Economia, agora liderada por um seu amigo de longa data, Pires de Lima. Se juntarmos a isso a aprendiz de Gaspar e “especialista” em *swaps* Maria Luís Albuquerque, o ex-gestor do BPN Rui Machete ou o inenarrável académico Poiares Maduro, eis que temos quase um novo governo. Porém, isso é um mero engano. Como se costuma dizer, apenas mudaram as moscas... Como Passos Coelho se apressou a afirmar, o rumo continua. E, para mal de todos nós, isso significa a continuação do empobrecimento do povo e dos trabalhadores portugueses.

Recauchutado, este pneu velho e gasto que é o governo de direita assim continua, com a bênção de Cavaco Silva, a destruir o País. Sem olhar a meios, aproveitando o descanso de muitos trabalhadores no pino do verão, foi avançando paulatinamen-

te com mais uma série de medidas de ataque aos direitos dos portugueses, com os trabalhadores das administrações públicas e os reformados e aposentados, uma vez mais, a serem o alvo preferencial. Pelo meio, vão surgindo umas notícias suportadas pela mais bacoca engenharia estatística que dá conta de um ou outro sucesso, nomeadamente a redução ligeira do desemprego ou o equilíbrio da balança externa. Em ambos os casos, sabe-se que a leitura dos dados é feita através de uma perspetiva de “simpatia” mediática, sem ter em conta uma visão mais profunda desses mesmos dados.

É precisamente essa “simpatia” mediática que nos leva a pensar como caiu bem à manutenção no poder de Passos e Portas a “crise” de Julho passado. Na verdade, ouviu-se falar pouco sobre os motivos da demissão de Gaspar. Quando o próprio mentor e obreiro da política deste governo assume que tudo falhou, seria normal a demissão em bloco de todos os membros deste governo. Competia ao Presidente da República essa leitura e, há falta de vergonha e responsabilidade da trupe de Passos e Portas, responder com a dissolução da atual Assembleia da República, independentemente da chantagem vinda de vozes internas e externas, nomeadamente do laçao dos interesses da Alemanha Durão Barroso ou do grande capital nacional e internacional.

O que se passou foi precisamente o contrário. A resposta de Cavaco foi abrir caminho à continuação do desastre e à manutenção no poder desta gente. E agora, mediante os reveses que vão surgindo, fruto da resistência dos trabalhadores e da própria ordem constitucional, a direita acena com um novo pacote de resgate se não for possível levar a cabo a tal reforma do Estado que, já se sabe, passa única exclusivamente pela destruição de serviços públicos e despedimentos ou cortes brutais nas prestações sociais.

Como se percebe, o governo recauchutado pretende continuar a executar a política de agressão. A troika internacional vai mandando recados (e ordens), a banca nacional e internacional vai continuando a parasitar o País e Passos e Portas vão obedecendo. Cavaco assiste naquele seu silêncio cúmplice de sempre. Cabe-nos a nós, trabalhadores e portugueses resistir e lutar, para que seja possível, mesmo com grande atraso e terríveis danos para reparar, fazer cair o governo de direita e dar ao País um novo rumo, uma outra política, para que seja possível haver futuro em Portugal. ■



# Autárquicas 2013: votar para dizer Não de vez à política da troika

Qualquer ato eleitoral representa uma importância vital a que nenhum de nós se deve alhear. Votar, votar bem e em consciência, é um dever cívico, mais a mais numa altura em que o regime democrático se encontra corrompido por um governo de direita que empreende uma política de injustiças e desigualdades sem paralelo no regime democrático.

As eleições autárquicas, que se realizam no final de Setembro, apesar de terem como objetivo a eleição dos representantes do povo nas Assembleias Municipais, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, podem significar muito mais do que isso. Podem, e devem, ser também um dizer não de vez à política da troika que o PSD e CDS levam a cabo no governo do País.

Mais do que um basta à governação de Passos Coelho e Paulo Portas, o próximo ato eleitoral pode derrotar a política de direita e enviar às instâncias internacionais, a quem este governo presta vassalagem, um recado de enorme importância: o povo português quer retomar as rédeas do seu destino, dizendo não ao empobrecimento e à austeridade. Independentemente das chantagens que sobre ele possam ocorrer.

Por saber que a fragilidade dos partidos que suportam o atual governo é muita, a troika adiou a oitava avaliação do “programa de ajustamento”. Protegendo os executores da sua política – o PSD e o CDS –, o FMI, o BCE e a Comissão Europeia decidiram voltar a Lisboa somente após a realização das eleições. Em outubro, o receituário, já se sabe, são mais

medidas de austeridade e de agressão ao povo e ao País. Como fantoches dos interesses do grande capital – a quem se chama mediaticamente “mercados” –, setembro parecerá um mês de tréguas em que Passos, Portas e companhia vestirão a pele de cordeiros e providenciarão uma série de resultados engenhosamente manipulados para que os candidatos dos seus partidos não saiam deste ato eleitoral completamente derrotados.

Apesar de um ou outra bala sobre os trabalhadores e o povo português, o governo fantoche PSD/CDS patrocinará uma intensíssima ação de propaganda para iludir os portugueses. Eles sabem bem que derrotas pesadas a nível municipal não vão atingir somente as figuras locais dos seus partidos. Passos e Portas estão bem conscientes que as principais vítimas de uma inequívoca derrota em cada município dos seus partidos pode significar o fim deste governo.

Por tudo isto, é de máxima importância votar. Em prol dos nossos municípios e das nossas freguesias, como é evidente. Mas também em prol do País. Por isso, a arma do voto deve atingir fortemente a política da troika, penalizando aqueles que a desenvolvem, a apoiam e como ela são coniventes ao se imiscuírem de assumir as suas responsabilidades.

Que o ato eleitoral de 29 de setembro reforce no País a esperança por uma política diferente através de uma derrota sem precedentes dos partidos da direita. Está nas mãos de cada um de nós fazer a mudança e dizer não de vez à política de agressão comandada pela troika. ■



## Protocolos do STML

- ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências  
Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:
  - 10% de desconto nas propinas;
  - 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.
- ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração
- ISG - Instituto Superior de Gestão
- IPES - Instituto Português de Estudos Superiores
- IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade
- Escola Superior de Educação João de Deus
- ISTEAC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas
- COFAC - Universidades Lusófona
  - Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa
  - Instituto Superior Politécnico do Oeste

- Instituto Superior D. Dinis
- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes
- Escola Superior de Educação Almeida Garrett
- Lancaster College
- Universidade Lusitana
- Universidade Autónoma
- Mundi Travel
- Teatro da Cornucópia
- Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo
- Millennium BCP
- ENAL - Escola Nacional de Automobilismo
- Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina
- MACIF - Companhia de Seguros
- Aldeamento Turístico de Palmela ■